ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS SETEMBRO - 2026

1) ABERTURA

Aos vinte e um dias do mês de setembro de 2026, às 09h00, na sede do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos de Praia Grande, sito à Rua Jaú nº 880, Sala 54, Praia Grande/SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Cristiano de Mola, Gilmar Augusto Garcia, Vania Maria de Carvalho Sanchez e Victor Lopes Schiavetti. Participaram também da reunião, na condição de convidados, os servidores Rafael Deus de Oliveira Guimaraes Barbosa e Vivian de Lima Luiz.

- Dando início à reunião, o Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos e apresentou a ordem do dia, que compreendeu:
- análise do cenário macroeconômico referente ao mês de agosto de 2026;
- apreciação do Relatório Analítico dos Investimentos do mesmo período;
- verificação do enquadramento da carteira à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026;
- avaliação dos investimentos;
- análise do fluxo de caixa e proposições de aplicação e resgate; e
- considerações finais.

Na sequência, os membros passaram à análise dos itens constantes da pauta.

2) ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

Foi apresentado aos membros do Comitê o Panorama Econômico de agosto de 2026, emitido pela Consultoria em Investimentos Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. Após lido, discutido e aprovado, o relatório passa a integrar a presente Ata. Na sequência, registra-se a síntese das informações constantes do referido Panorama Econômico, preservadas as referências, projeções e perspectivas consideradas pela Consultoria à época de sua elaboração. O Comitê tomou ciência do cenário econômico global e doméstico apresentado, registrando que as projeções de política monetária, a dinâmica da curva de juros, o comportamento dos mercados internacionais e os indicadores de atividade impactam diretamente a estratégia de alocação da carteira do FPGPREV, servindo de base técnica para as análises e deliberações subsequentes.

SÍNTESE DA LEITURA DO PANORAMA ECONÔMICO DOS PERÍODOS ANALISADOS

Agosto de 2026 foi um mês de calmaria aparente que terminou em nova escalada. Depois de um julho marcado pela ruptura da trégua entre Estados Unidos e Irã, a primeira quinzena de agosto trouxe alívio no mercado de petróleo, favorecido pelo aumento de oferta da Opep+ e por sinais de normalização no Estreito de Ormuz. Esse cenário se inverteu no fim do mês: na noite de 30 para 31 de agosto, Irã e Estados Unidos voltaram a trocar ataques diretos pela primeira vez em mais de um mês — mísseis iranianos contra alvos americanos na Jordânia, em retaliação a um ataque dos EUA contra lançadores de foguetes que, segundo Washington, se preparavam para minar o Estreito de Ormuz. O episódio ocorreu poucos dias depois de o presidente Donald Trump declarar que o estreito estava livre de minas, e devolveu o prêmio de risco ao petróleo: o Brent voltou a superar os US$ 90 no último pregão do mês, com alta diária de 2,71%. No plano comercial, a tarifa adicional de 25% dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, em vigor desde 22 de julho, permaneceu como pano de fundo da relação bilateral. O governo brasileiro deu início, em meados de agosto, ao processo de avaliação de retaliação previsto na Lei de Reciprocidade Econômica, mas optou por manter a via diplomática como prioridade, adiando qualquer contramedida. Mesmo nesse ambiente, o mercado doméstico navegou um mês de duas metades distintas: o Ibovespa amargou onze pregões consecutivos de perdas entre os dias 4 e 18, chegando a operar abaixo dos 165 mil pontos, pressionado por uma saída de capital estrangeiro de cerca de R$ 23 bilhões. A partir de 20 de agosto, o fluxo se inverteu — com entrada de quase R$ 5 bilhões —

em meio a pesquisas eleitorais que passaram a precificar maior probabilidade de alternância de poder em outubro. Ainda assim, o índice fechou o mês com variação negativa de 0,32%, aos 177.418,78 pontos. O dólar, por sua vez, subiu ao longo do mês (média de R$ 5,16, alta de 0,9% sobre julho) e encerrou agosto cotado a R$ 5,1814, acumulando queda de 5,60% no ano. Nos Estados Unidos, o mercado de trabalho surpreendeu para cima: o payroll de agosto, divulgado em 4 de setembro, mostrou a criação de 162 mil vagas não agrícolas — quase três vezes a expectativa de 56 mil — com revisões positivas para julho (de -23 mil para +21 mil) e junho (de +20 mil para +31 mil). O resultado inverteu a narrativa de julho e reabriu o debate sobre uma alta de juros pelo Fed, e não um corte, na reunião de 15 e 16 de setembro. Na Zona do Euro, a inflação voltou a acelerar para 3,3% em agosto (ante 2,9% em julho), puxada pela energia, levando o BCE a elevar a taxa de depósito de 2,25% para 2,50% em 10 de setembro — a segunda alta do ano. No Brasil, o Copom cortou a Selic para 14,00% ao ano na reunião de 4 e 5 de agosto, em decisão unânime, e o IPCA de agosto trouxe deflação de 0,32% — a maior em quatro anos —, levando o acumulado em 12 meses a 4,22%. O terceiro trimestre de 2026 se consolida, assim, como um período de reversões rápidas: o que parecia desinflação e afrouxamento monetário em julho deu lugar, em poucas semanas, a um cenário de juros mais altos por mais tempo tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

ESTADOS UNIDOS

CURVA DE JUROS

A curva de juros americana passou por uma reviravolta em agosto. Ao longo da maior parte do mês, a sequência de dados fracos do mercado de trabalho em julho ainda alimentava apostas em cortes do Fed. O payroll de agosto, divulgado já em setembro, mudou esse quadro: com 162 mil vagas criadas e revisões positivas para os dois meses anteriores, o mercado de juros futuros elevou a probabilidade embutida de uma **alta** de 0,25 ponto percentual na reunião de 15 e 16 de setembro, que passou de 49,4% para 58,4% segundo a ferramenta FedWatch da CME. A leitura se inverteu por completo frente a julho: o debate deixou de ser sobre quando viria o próximo corte e passou a ser sobre se há espaço para nova alta diante do choque de petróleo.

DOLLAR INDEX (DXY)

O dólar global recuperou parte do fôlego perdido em julho, sustentado pela força inesperada do mercado de trabalho americano no fim do período. No Brasil, a moeda subiu ao longo de agosto — média de R$ 5,16, alta de cerca de 0,9% sobre a média de julho —, pressionada sobretudo por fatores domésticos (incerteza eleitoral e saída de capital estrangeiro da bolsa) e pela aversão a risco global ligada à retomada das tensões entre Estados Unidos e Irã. O diferencial de juros entre a Selic (14,00%) e as taxas americana e europeia seguiu amplo, atuando como contrapeso e evitando uma alta ainda mais acentuada da divisa.

MERCADO DE TRABALHO

O payroll de agosto, divulgado pelo BLS em 4 de setembro, mostrou criação de 162 mil vagas não agrícolas, muito acima da expectativa de mercado (56 mil) e quase três vezes o consenso. A taxa de desemprego permaneceu estável em 4,1%, dentro do esperado. Houve revisões relevantes: julho passou de uma perda de 23 mil vagas para um ganho de 21 mil, e junho, de +20 mil para +31 mil — uma revisão positiva conjunta de 55 mil vagas. O setor de lazer e hospitalidade liderou a criação de postos (62 mil), enquanto a saúde, que vinha puxando o crescimento do emprego, adicionou apenas 13 mil vagas, bem abaixo da média de 32 mil dos últimos 12 meses. O ganho médio por hora avançou 0,3% no mês e 3,09% em 12 meses. O resultado, descrito pelo mercado como "hawkish", reduziu o espaço para o Fed relativizar a força do mercado de trabalho e devolveu à inflação o papel de variável decisiva para a próxima decisão de juros.

INFLAÇÃO

O CPI de julho de 2026, divulgado em agosto, desacelerou pelo segundo mês seguido, para 3,4% em 12 meses (ante 3,5% em junho), com alta mensal de 0,1%, dentro do esperado. Já o CPI de agosto, divulgado em 11 de setembro, mostrou reaceleração: alta de 0,4% no mês (ante 0,1% em julho), com o acumulado em 12 meses estável em 3,4%. O núcleo, que exclui alimentos e energia, subiu 0,3% no mês (ante 0,2% em julho) e desacelerou ligeiramente para 2,4% em 12 meses (de 2,5%). A alta de agosto foi

puxada principalmente pelos combustíveis, com reflexo do novo choque geopolítico sobre o petróleo, além de passagens aéreas (+2,7%) e veículos usados (+0,4%); cuidados médicos (-0,2%) e seguros de veículos (-0,8%) seguiram em direção contrária.

JUROS

O Federal Reserve não teve reunião em agosto — o calendário de 2026 não previu encontro no mês —, de forma que os juros permaneceram na faixa de 3,50% a 3,75%, nível definido em julho. A próxima decisão está marcada para 15 e 16 de setembro, e o payroll forte de agosto elevou a probabilidade, precificada pelo mercado, de uma alta de 0,25 ponto percentual — cenário que ganhou força após meses em que a expectativa predominante era de corte. Analistas do Fed, como Chris Waller e o presidente da distrital de Nova York, John Williams, sinalizaram que uma alta em setembro está longe de ser um caminho definido, deixando o CPI de agosto e os próximos dados como fiéis da balança.

RENDA VARIÁVEL

Wall Street fechou agosto no positivo apesar do ambiente geopolítico adverso no fim do mês. O Nasdaq subiu 3,93%, o S&P 500 avançou 2,62% e o Dow Jones subiu 1,34%, impulsionados principalmente pelos resultados corporativos do setor de tecnologia. No último pregão do mês, contudo, os três índices recuaram, pressionados pela disparada do petróleo Brent, que voltou a superar os US$ 90 por barril e reacendeu os temores inflacionários — o contrato mais líquido fechou o dia em alta de 2,71%, a US$ 90,49.

INDICADORES DE ATIVIDADE AMERICANO

PIB

O PIB americano do primeiro trimestre de 2026 cresceu 2,0% ao ano (dado consolidado). A segunda prévia do PIB do segundo trimestre foi divulgada ao longo de agosto, na mesma semana do IPCA-15 brasileiro e do PCE de junho, mas o resultado consolidado do trimestre segue sendo acompanhado pelo mercado à luz do contraste entre atividade de serviços ainda firme e um mercado de trabalho que, apesar do payroll forte de agosto, vinha de meses de sinais mistos.

PMI

Os indicadores de atividade americanos de agosto reforçaram a leitura de uma economia resiliente. O ISM Industrial e o PMI Industrial da S&P Global, acompanhados ao longo do mês, mantiveram o setor de serviços como destaque, em linha com o padrão observado desde julho, de atividade doméstica firme mesmo em meio ao choque de petróleo e à volatilidade do mercado de trabalho. Esse contraste entre atividade forte e payroll surpreendentemente aquecido é, segundo analistas, um dos pontos que pesam a favor de uma postura mais dura do Fed em setembro.

ZONA DO EURO

INFLAÇÃO

A inflação da Zona do Euro voltou a acelerar em agosto, para 3,3% ao ano (ante 2,9% em julho), impulsionada quase inteiramente pela alta dos custos de energia, em um ambiente de petróleo e gás natural mais caros após a nova escalada entre Estados Unidos e Irã. O núcleo, que exclui alimentos e energia, seguiu a direção oposta e recuou de 2,5% para 2,4%, com desaceleração do componente de serviços (de 3,3% para 3,0%) — sinal de que a pressão ainda está concentrada na energia e não se espalhou para os demais preços.

JUROS

O BCE manteve os juros inalterados ao longo de agosto — a taxa de depósito seguiu em 2,25%, nível definido em julho —, mas o Conselho já sinalizava que aguardaria os dados de inflação de agosto antes de decidir os próximos passos. Com a inflação em 3,3% e o petróleo voltando a superar os US$ 100 em setembro, o banco elevou a taxa de depósito para 2,50% na reunião de 10 de setembro — a segunda alta do ano —, reconhecendo que a inflação deve permanecer acima da meta de 2% até 2028. O BCE também elevou a projeção de crescimento da economia da Zona do Euro para 0,9% em 2026 (ante

0,8%), com a atividade se mostrando mais resistente do que o esperado diante do custo mais alto da energia.

INDICADORES DE ATIVIDADE DA ZONA DO EURO

PMI

Os PMIs da Zona do Euro surpreenderam positivamente em agosto: o PMI industrial subiu de 51,9 para 52,7 pontos, o maior nível em 51 meses, com Alemanha e França entre os destaques da recuperação. O PMI de Serviços se manteve em 51,7, estável frente a julho. A taxa de desemprego regional ficou em 6,4% em julho, estável no mês. A combinação de atividade industrial em expansão com inflação acima da meta é o principal dilema do BCE para as próximas reuniões.

CHINA

ATIVIDADE INDUSTRIAL

A atividade industrial chinesa mostrou melhora parcial em agosto de 2026. O PMI oficial da manufatura (NBS) subiu para 49,8 pontos (ante 49,2 em julho), superando a expectativa dos analistas (49,6/49,7), mas permanecendo abaixo da linha de 50 pontos pelo segundo mês consecutivo — ou seja, ainda em contração, porém mais branda. Produção e novos pedidos voltaram a território de expansão (50,4 e 50,6, respectivamente), e os novos pedidos de exportação subiram para 50,1 (de 49,6). O emprego industrial, no entanto, seguiu em queda (48,7). Chama atenção a divergência setorial: a manufatura de alta tecnologia (52,9) e a fabricação de equipamentos (51,4) seguem em expansão consistente, impulsionadas pela demanda global por servidores, chips e componentes de robótica ligados à infraestrutura de inteligência artificial, enquanto bens de consumo e setores de alto consumo energético permanecem abaixo de 50.

JUROS

O Banco Popular da China (PBOC) manteve as principais taxas de referência (LPR) inalteradas em agosto, com a de 1 ano em 3,00% e a de 5 anos em 3,50%. Mesmo com os PMIs ainda em contração, o banco central chinês seguiu priorizando o suporte via política fiscal e crédito direcionado, em vez de cortes generalizados de juros.

INDICADORES DE ATIVIDADE CHINÊS

PMI NÃO MANUFATUREIRO

O PMI não manufatureiro (serviços e construção) ficou em 49,0 em agosto, estável em relação a julho — a atividade de serviços marcou 49,3 (também estável), enquanto a construção recuou 0,1 ponto, para 46,9, afetada por chuvas fortes e tufões em algumas regiões. Setores de tecnologia da informação, internet e telecomunicações seguiram acima de 55 pontos, sinalizando forte expansão. O índice de expectativas do setor de serviços atingiu 55,5, indicando otimismo elevado com o cenário à frente, mesmo com a atividade doméstica ainda perdendo fôlego no agregado.

BRASIL

JUROS

O Copom se reuniu em 4 e 5 de agosto de 2026 e cortou a Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,00% ao ano, o quarto corte consecutivo. Diferentemente do que se especulava em julho, a decisão foi unânime entre os membros do colegiado, e o comunicado passou a descrever uma desaceleração da inflação cheia e dos núcleos, ante o diagnóstico de aceleração feito na reunião de junho. O comitê seguiu apontando moderação gradual da atividade econômica, ainda em patamar resiliente, com mercado de trabalho aquecido. A próxima reunião do Copom está marcada para 15 e 16 de setembro, com o mercado precificando cerca de 95% de probabilidade de novo corte de 0,25 ponto percentual, para 13,75% — o que, segundo analistas, deve encerrar o espaço para reduções adicionais relevantes no curto prazo. A ata da reunião de setembro está prevista para 22 de setembro, e restam ainda dois encontros em 2026 (3 e 4 de novembro, e 8 e 9 de dezembro).

INFLAÇÃO

O IPCA de agosto de 2026, divulgado pelo IBGE em 11 de setembro, registrou deflação de 0,32%, acima do recuo esperado pelo mercado (-0,29%) e a queda mais intensa em quatro anos. O acumulado em 12 meses desacelerou para 4,22% (de 4,44% até julho), permanecendo dentro do intervalo de tolerância da meta pelo segundo mês seguido. Habitação (-1,87%) foi o principal vetor de baixa, puxada pela queda da energia elétrica associada ao crédito extraordinário do Bônus de Itaipu — um efeito temporário —,

seguida por Transportes (-0,86%), Alimentação e bebidas (-0,34%) e Comunicação (-0,09%). A média dos núcleos de inflação também recuou frente a julho, ficando abaixo de 4% no acumulado. Para setembro, o mercado já projeta reversão parcial do efeito do Bônus de Itaipu, além de pressão de alimentos in natura e passagens aéreas. O IGP-M de agosto, divulgado pela FGV, recuou 0,22%, a segunda leitura consecutiva de deflação, levando o acumulado em 12 meses a 2,16%.

INDICADORES DE ATIVIDADE BRASILEIRO

PIB

O PIB do segundo trimestre de 2026, divulgado pelo IBGE em 1º de setembro, mostrou crescimento de 0,5% frente ao primeiro trimestre — desaceleração ante os 1,1% registrados no início do ano — e alta de 2% frente ao segundo trimestre de 2025. O PIB alcançou R$ 3,4 trilhões no período, e o acumulado em quatro trimestres chegou a 1,9%. Pela ótica da produção, a agropecuária foi destaque, com alta de 2,8% no trimestre e 6,2% em 12 meses, favorecida pelas safras de soja e café; a indústria variou 0,1% no trimestre. No lado externo, as exportações recuaram 0,8% e as importações subiram 1,8% frente ao primeiro trimestre. O resultado, acima da expectativa de mercado (0,4%), ainda assim reforça a leitura de perda de ritmo da atividade em um cenário de juros elevados, com o Boletim Focus projetando expansão de 1,92% para o PIB em 2026.

MERCADO DE TRABALHO E PMI

Os dados de mercado de trabalho referentes a julho, divulgados ao longo de agosto, mostraram desemprego de 5,3% pela PNAD Contínua — o menor patamar da série histórica para o mês —, ainda que a renda média real tenha ficado estável, sinalizando acomodação. O Caged de julho registrou saldo de 58,5 mil vagas formais, o pior resultado para o mês desde 2020, evidenciando desaceleração na criação de empregos formais mesmo com a taxa de desemprego em mínima histórica. O PMI de Serviços do Brasil, que havia contraído em julho pela primeira vez em nove meses, seguiu como ponto de atenção para a atividade no segundo semestre, em contraste com o mercado de trabalho ainda aquecido.

CÂMBIO

Agosto de 2026 foi um mês de alta para o dólar no Brasil, invertendo o movimento de queda observado em julho. A moeda americana fechou o mês cotada, em média, a R$ 5,16, alta de cerca de 0,9% sobre a média de julho, e encerrou o último pregão do mês (31/08) em R$ 5,1814, acumulando queda de 5,60% no ano. O principal motor da alta foi o conjunto de fatores domésticos — incerteza eleitoral e forte saída de capital estrangeiro da bolsa até 20 de agosto —, somado à aversão a risco global gerada pela retomada das tensões entre Estados Unidos e Irã no fim do mês. Em sentido contrário, atuaram a queda do petróleo em boa parte do mês, o enfraquecimento pontual do dólar globalmente e o amplo diferencial de juros a favor do real, sustentado pela Selic em 14,00%.

No decorrer do ano, o real chegou a se valorizar com força entre fevereiro e abril — o dólar tocou o piso de R$ 4,95 no fim de abril, menor valor em mais de dois anos —, antes de o choque geopolítico de maio (Brent a caminho dos US$ 126) devolver parte da força à moeda americana. Desde então, o câmbio voltou a oscilar em uma faixa mais estreita, entre R$ 5,00 e R$ 5,20.

BOLSA DE VALORES

O Ibovespa fechou agosto com variação negativa de 0,32%, aos 177.418,78 pontos, em um mês de dois momentos opostos. Entre os dias 4 e 18, o índice acumulou onze pregões consecutivos de perdas, chegando a operar abaixo dos 165 mil pontos, pressionado por uma saída de capital estrangeiro estimada em R$ 23 bilhões. A partir de 20 de agosto, o cenário se inverteu, com entrada de quase R$ 5 bilhões em recursos estrangeiros, em meio a pesquisas eleitorais (Atlas/Bloomberg e Nexus/BTG) que passaram a apontar maior competitividade da oposição — o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apareceu com 43,4% das intenções de voto no primeiro turno, ante 33,7% do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — e à alta do petróleo no fim do mês, que beneficiou a Petrobras. O último pregão do mês foi novamente marcado pela tensão no Oriente Médio, com o petróleo subindo mais de 3% após a nova troca de ataques entre Estados Unidos e Irã.

RENDA FIXA

Todos os índices de renda fixa acompanhados pela Anbima fecharam agosto em terreno positivo. Os títulos públicos indexados à inflação lideraram o mês: o IMA-B 5 (NTN-Bs de até cinco anos) subiu 1,18%, e o índice geral de inflação (IMA-B) avançou 1,58%, à frente de todas as demais classes acompanhadas pela associação — um resultado favorecido pela deflação do IPCA-15 e pela expectativa de novo corte da Selic em setembro. As NTN-Bs de prazo mais longo (IMA-B 5+) subiram 0,54%. Entre os pós-fixados, o IMA-S (LFTs) avançou 1,17%, em linha com o carrego elevado da Selic em 14,00%. Já os prefixados de curto prazo (IRF-M) tiveram o desempenho mais modesto do mês, entre 1,04% e 1,24% a depender da metodologia consultada — ainda positivo, mas o pior resultado relativo entre as nove classes. No crédito privado, as debêntures incentivadas (IDA-IPCA Infraestrutura) lideraram com alta de 1,81%. No acumulado de 2026, a liderança segue com as debêntures pós-fixadas do IDA-DI (9,81%), seguidas do IMA-S (9,47%).

CONCLUSÃO, PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES

Agosto de 2026 confirmou o padrão de reversões rápidas que já vinha se desenhando desde junho. O mês começou com alívio no mercado de petróleo — o Brent chegou a recuar de forma consistente ao longo da segunda quinzena, favorecido pelo aumento de oferta da Opep+ — e terminou com nova escalada entre Estados Unidos e Irã, poucos dias depois de o presidente Trump declarar o Estreito de Ormuz livre de minas. O contrato mais líquido do Brent fechou o mês acima de US$ 90, reacendendo o prêmio de risco geopolítico sobre a inflação global.

Nos Estados Unidos, o payroll de agosto — divulgado já em setembro — trouxe uma surpresa altista relevante, com 162 mil vagas criadas e revisões positivas para julho e junho. O resultado devolveu força à leitura de que o mercado de trabalho americano segue aquecido, elevando a probabilidade, precificada pelo mercado, de uma alta de juros pelo Fed em 15 e 16 de setembro — um cenário oposto ao que se desenhava em julho, quando os dados fracos de emprego alimentavam expectativas de corte. Na Zona do Euro, a inflação voltou a acelerar para 3,3% em agosto, levando o BCE a elevar a taxa de depósito para 2,50% em setembro, a segunda alta do ano. Na China, os PMIs oficiais melhoraram, mas seguem em contração pelo segundo mês seguido, com divergência marcante entre a manufatura de alta tecnologia, em expansão firme puxada pela demanda global por infraestrutura de inteligência artificial, e os setores tradicionais, ainda enfraquecidos.

No Brasil, o Copom cortou a Selic para 14,00% em decisão unânime, e o IPCA de agosto trouxe deflação de 0,32% — a maior em quatro anos —, beneficiado por fatores em grande parte temporários, como o Bônus de Itaipu. O PIB do segundo trimestre desacelerou para 0,5%, e o mercado de trabalho seguiu com sinais mistos: desemprego em mínima histórica, mas criação de empregos formais mais fraca. No câmbio, o real perdeu força ao longo do mês, pressionado por fatores domésticos — sobretudo a incerteza eleitoral e a saída de capital estrangeiro da bolsa na primeira metade de agosto — e pela aversão a risco global ligada ao conflito no Oriente Médio, mesmo com o diferencial de juros ainda amplo a favor do real.

PERSPECTIVAS

O terceiro trimestre de 2026 segue girando em torno de três frentes de risco simultâneas: a escalada geopolítica no Oriente Médio, reacesa no fim de agosto; a possibilidade de uma alta de juros pelo Fed em setembro, cenário que ganhou força após o payroll forte; e a trajetória da política monetária no Brasil, com o Copom sinalizando espaço limitado para novos cortes após setembro.

Se o conflito entre Estados Unidos e Irã não evoluir para uma escalada bélica plena e o Fed optar por manter os juros inalterados em setembro, o cenário de desinflação gradual global tende a prevalecer, abrindo espaço para o BCE e o Copom seguirem com posturas mais equilibradas nos meses seguintes. Se, por outro lado, a tensão no Estreito de Ormuz se intensificar e o petróleo voltar a testar os US$ 100, a inflação global e brasileira ficam sob pressão adicional, o Fed ganha argumentos para elevar os juros, e o Copom pode encerrar o ciclo de cortes mais cedo do que o mercado espera atualmente.

Três eventos serão determinantes para calibrar o cenário no restante do 3T26: a decisão do Fed em 15 e 16 de setembro, em um momento raro em que o mercado voltou a precificar risco de alta, e não de corte; a decisão do Copom em 15 e 16 de setembro, com o mercado esperando um quarto corte consecutivo para 13,75%, mas atento a sinais de pausa no comunicado; e a evolução do conflito no

Estreito de Ormuz, que segue como principal fonte de volatilidade para o petróleo e, por extensão, para a inflação global.

RECOMENDAÇÃO

Diante do cenário atual e das perspectivas, recomenda-se que o RPPS mantenha uma estratégia de investimentos equilibrada, com atenção redobrada à volatilidade geopolítica e à mudança de tom nos principais bancos centrais, mas sem desistir de aproveitar oportunidades que seguem surgindo. De forma prática, a orientação é:

Manter exposição relevante em renda fixa de curto prazo (IMA-S, IRF-M 1), aproveitando o carrego ainda elevado com a Selic em 14,00% e a proximidade do fim do ciclo de cortes sinalizada para as próximas reuniões do Copom.

Manter posições em IPCA+ (IMA-B 5), priorizando vencimentos mais curtos, dado que a deflação de agosto reflete, em parte, fatores temporários (Bônus de Itaipu), e a inflação de serviços ainda recomenda cautela na leitura do índice cheio.

Manter cautela em renda variável, mesmo após o Ibovespa ter revertido perdas expressivas no fim de agosto, priorizando setores menos expostos à tarifa dos Estados Unidos e aguardando mais visibilidade sobre o desfecho da disputa comercial e o cenário eleitoral (outubro/2026).

Para RPPS com Pró-Gestão a partir do nível III, avaliar exposição internacional como instrumento de diversificação e proteção contra riscos domésticos, especialmente diante do novo ciclo de volatilidade geopolítica e da possibilidade de alta de juros nos Estados Unidos e na Europa.

A estratégia mais adequada para o momento é de gestão ativa com foco em preservação de capital, mas atenta às janelas de oportunidade que possam surgir com a normalização gradual do cenário externo, alinhada à Política de Investimentos, ao nível de governança e ao perfil previdenciário de longo prazo.



Diego Lira de Moura
Economista
Consultor de Valores Mobiliários

3) ANÁLISE DO RELATÓRIO ANALÍTICO DO MÊS DE AGOSTO DE 2026

3.1 – Composição e Resultado da Carteira

A carteira totalizou, no mês de agosto, **R$1.362.705.818,32**, sendo os recursos distribuídos nos seguintes segmentos:

- Renda Fixa: R$ 1.280.514.618,61 – **93,97%**
- Renda Variável, Estruturados e Imobiliários: R$ 82.191.199,71– **6,03%**

A Carteira de Investimentos encerrou o mês de agosto com retorno positivo de **R$15.192.628,93 (1,13%)**, frente à meta atuarial de **0,14%** no período.

O Presidente do Comitê esclarece, com base no entendimento da consultoria de investimentos, que o valor do Patrimônio Líquido do fundo Geração de Energia representa uma oscilação de mercado, e não uma perda concretizada. Assim, embora conste valor negativo no extrato mensal, este não deve ser subtraído de imediato do saldo de investimentos do FPGPREV, devendo ser considerado como zerado para fins de posição da carteira. Contabilmente, o valor de R$151.779,40 (extrato de agosto/2026) deverá ser subtraído por representar a variação patrimonial do Fundo, em observância aos princípios aplicáveis ao setor público.

3.2 – Enquadramento Regulamentar

Nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026, procedeu-se à verificação dos limites e critérios de alocação da carteira do FPGPREV.

Conforme Relatório Analítico referente ao mês de agosto de 2026, constatou-se que as aplicações se encontram aderentes aos limites estabelecidos na regulamentação vigente.

4) AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Foram analisados o desempenho, os objetivos, as características, a composição das carteiras, as rentabilidades, as taxas de administração e os riscos dos fundos de investimento que integram o portfólio do FPGPREV, considerando-se, ainda, o cenário macroeconômico e os impactos de seus principais fatores sobre os ativos que compõem a carteira previdenciária. A carteira de investimentos do FPGPREV apresentou desempenho positivo em agosto de 2026, com rentabilidade de 1,13%, superando em 0,99 ponto percentual a meta atuarial de 0,14% estabelecida para o período. No acumulado do exercício, a carteira alcançou rentabilidade de 9,05%, frente a uma meta atuarial acumulada de 6,89%, mantendo-se 2,16 pontos percentuais acima da meta. O resultado demonstra desempenho satisfatório dos investimentos no período, contribuindo para o alcance da meta atuarial estabelecida para o exercício. No mesmo período, o IPCA registrou deflação de 0,32%, evidenciando que a rentabilidade da carteira superou também, de forma expressiva, a inflação do mês.

A Renda Fixa, responsável por 93,97% da carteira (R$ 1.280.514.618,61), permaneceu como principal sustentação do resultado, com retorno de 1,14% no mês. O elevado nível da taxa Selic, mantida em 14,00% ao ano pelo Copom, favoreceu os investimentos pós-fixados e atrelados ao CDI (que registrou 1,09%), com destaque para o BB Institucional (1,11%), Bradesco Premium (1,11%) e BB Perfil (1,11%). Os títulos e fundos atrelados a índices de inflação e de duração mais curta foram os principais vetores de valorização no período, destacando-se o BB Títulos Públicos Vértice Especial 2028 (1,52%), Itaú IDKA 2 IPCA (1,41%), BB IDKA 2 Títulos Públicos (1,38%), Caixa Brasil IMA-B 5 (1,30%) e BB IMA-B 5 (1,29%). O índice pré-fixado IRF-M 1 registrou 1,17%, refletido nos retornos dos fundos BB IRF-M 1 (1,15%) e Caixa Brasil IRF-M 1 (1,12%).

No segmento de Renda Variável, Investimentos Estruturados e Fundos Imobiliários, responsável por 6,03% da carteira (R$ 82.191.199,71) e com retorno de 0,86% no mês, o desempenho apresentou comportamento heterogêneo. Embora o Ibovespa tenha registrado variação negativa de 0,33% no período (fechando aos 177.418,78 pontos), os fundos integrantes da carteira apresentaram resultados distintos: o Sicredi Bolsa Americana (S&P 500) destacou-se com valorização de 3,43% e o BB Construção Civil registrou alta de 2,97%, ao passo que os fundos Caixa Expert Vinci Valor RPPS (-0,79%), Caixa Small Caps Ativo (-1,64%) e Icatu Vanguarda Dividendos (-1,87%) apresentaram quedas no mês. Essa dispersão de resultados reforça a importância da diversificação entre diferentes estratégias e classes de ativos.

Os membros do Comitê de Investimentos seguem acompanhando de forma contínua o desempenho dos fundos que compõem essa parcela da carteira, mantendo atenção especial sobre o BB Construção Civil e demais ativos acionários e estruturados, considerando seu desempenho e as condições específicas do setor imobiliário e de construção civil. Em agosto, observou-se uma recuperação na cotação do fundo BB Construção Civil (+2,97%), revertendo o recuo verificado no mês anterior (-7,88%). Contudo, os níveis atuais ainda são monitorados para balizar eventuais decisões sobre a manutenção ou ajuste da alocação da posição, condicionadas à evolução de seu desempenho e das condições do mercado.

Considerando o patrimônio total de R$ 1.362.705.818,32, o resultado de agosto demonstra que a estratégia de alocação adotada proporcionou rentabilidade superior à meta atuarial, com a Renda Fixa exercendo papel fundamental na estabilidade e no desempenho da carteira. Para os próximos períodos, permanece relevante o acompanhamento da trajetória da Selic, dos impactos de choques geopolíticos no petróleo sobre a inflação, dos riscos de mercado, crédito e liquidez e da adequação dos investimentos à Política de Investimentos e à Resolução CMN nº 5.272/2025, especialmente diante da possibilidade de mudanças no cenário de juros e de seus impactos sobre as diferentes classes de ativos.

5) ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA E PROPOSIÇÕES DE APLICAÇÃO E RESGATE

O Comitê de Investimentos analisou o fluxo de caixa no período, avaliando as entradas e saídas de recursos, bem como as necessidades operacionais e estratégicas da carteira, de modo a assegurar liquidez adequada, aderência aos limites regulamentares e alinhamento à meta atuarial estabelecida.

5.1 – Destinação das Receitas

As receitas recebidas pelo FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão aplicadas conforme as tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00
Taxa de administração	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	10.740.670/0001-06
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 49,16% Aportes	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10
Compensação Previdenciária	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84
Outros créditos	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO PARANOÁ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SUBCLASSE	63.637.997/0001-05
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 50,84% Aportes		
Compensação Previdenciária		
Outros créditos		

5.2 – Pagamento de Despesas

As despesas do FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão realizadas conforme as tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI e ou BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00 03.399.411/0001-90
Despesas administrativas	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.328.882/0001-35
Compensação Previdenciária	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO PARANOÁ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SUBCLASSE	63.637.997/0001-05
Compensação Previdenciária		

5.3 – Procedimentos Operacionais

Os valores que retornarem à conta corrente do Banco Bradesco, em razão de ausência de recadastramento, deverão ser transferidos para a conta específica da **Caixa Econômica Federal (agência 0964, conta corrente nº 000574427394-4)**, com possibilidade de aplicação automática.

Na eventual impossibilidade de movimentação pelo sistema da Caixa Econômica Federal, a operação será realizada por meio da conta corrente do Banco Bradesco, mediante resgate do fundo **BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI** e ou **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, devendo o valor ser posteriormente recomposto em um dos Fundos que recebam os recursos previdenciários, observados os limites e requisitos estabelecidos pela **Resolução CMN nº 5.272/2025.**

Considerando a alocação dos recursos das contribuições previdenciárias no Banco Bradesco, atualmente por meio dos fundos **BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI** e **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, destinados ao recebimento das contribuições e ao pagamento da folha de aposentados e pensionistas, na hipótese de dificuldade operacional, poderão ser utilizados, alternativamente, recursos do fundo **CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, CNPJ 11.061.230/0001-87**, de modo a assegurar a regularidade dos pagamentos.

O Comitê de Investimentos sugere, ainda, a aplicação automática nos fundos **CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES** - CNPJ: 14.508.643/0001-55 e no fundo **BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO** - CNPJ: 63.197.387/0001-38 dos recursos que, em razão de limitações operacionais ou de horários bancários, não possam ser tempestivamente aplicados nos fundos definidos nesta Ata, podendo ser mantido saldo mínimo necessário para preservação da operacionalidade do referido fundo.

5.4 – Proposições

I – Movimentação estratégica

O Comitê de Investimentos sugere a manutenção da atual carteira de investimentos, não recomendando, neste momento, a realização de novas movimentações ou alterações na alocação dos recursos.
A sugestão fundamenta-se na avaliação de que a carteira se encontra adequadamente posicionada diante do cenário econômico atual, apresentando composição compatível com os objetivos de rentabilidade, segurança, liquidez e diversificação estabelecidos na Política de Investimentos. Destaca-se, ainda, o desempenho acumulado dos investimentos, que se encontra acima da meta atuarial acumulada para o período, proporcionando margem favorável em relação ao objetivo de rentabilidade até o momento.
Considera-se também a expectativa de maior volatilidade dos mercados financeiros ao longo do período eleitoral, especialmente em razão das incertezas relacionadas às perspectivas fiscais, econômicas e políticas, o que recomenda uma postura mais cautelosa na gestão dos recursos previdenciários. Nesse contexto, entende-se como adequado, neste momento, preservar a atual estrutura da carteira, evitando movimentos de alocação que possam elevar desnecessariamente a exposição a riscos de mercado.
Dessa forma, o Comitê de Investimentos sugere a manutenção das posições atualmente detidas, permanecendo o acompanhamento contínuo dos indicadores econômicos, das condições de mercado, do desempenho dos fundos e dos riscos associados aos investimentos, de modo que eventuais alterações na estratégia possam ser avaliadas oportunamente, caso ocorram mudanças relevantes no cenário econômico ou nas condições da carteira.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) O Presidente do Comitê de Investimentos informa que o membro titular Sr. Cristiano de Mola participou da reunião de forma virtual;
b) Os membros do Comitê de Investimentos participaram, desde a última reunião ordinária, dos seguintes eventos:
- Reunião presencial com representantes do Banco do Brasil em 02/09/2026;
- Reunião presencial com representantes da Cooperativa Sicoob Arenito em 04/09/2026;
- Reunião presencial com representantes do banco Bradesco em 14/09/2026;
- Reunião presencial com representantes da Cooperativa Sicredi em 17/09/2026;
c) O Presidente do Comitê de Investimentos informa que as seguintes instituições foram credenciadas pelos membros deste Comitê:
- Administrador banco Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04, em 02/09/2026;
- Gestor Caixa DTVM, CNPJ 42.040.639/0001-40, em 02/09/2026;
- Administrador / Gestor BB DTVM, CNPJ 30.822.936/0001-69, 02/09/2026;
- Administrador / Gestor banco Bradesco S/A, CNPJ 60.746.948/0001-12, em 03/09/2026;
d) O Presidente do Comitê de Investimentos dá ciência aos membros de que estão em andamento as tratativas relativas ao processo licitatório para contratação de empresa especializada em consultoria para implantação e manutenção do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, com perspectiva de contratação ainda no exercício de 2026 e obtenção da certificação no exercício de 2027. Na oportunidade, informa que, nos termos do art. 27, § 1º, da Resolução CMN nº 5.272/2025, “os excessos referidos neste artigo devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento”. Dessa forma, destaca-se que a regulamentação estabelece prazo de até dois anos para a regularização dos desenquadramentos de investimentos abrangidos pelo referido dispositivo, permitindo a adequação dos RPPS às exigências aplicáveis para a manutenção dos ativos já investidos, observadas as demais condições e disposições previstas na regulamentação vigente.
e) Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12h00. Eu, Victor Lopes Schiavetti, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.

VICTOR LOPES SCHIAVETTI
PRESIDENTE

CRISTIANO DE MOLA
MEMBRO TITULAR

GILMAR AUGUSTO GARCIA
MEMBRO TITULAR

VANIA MARIA DE CARVALHO SANCHEZ
MEMBRO TITULAR